

## BRASILIANAS

Divulgação/CBMDF



Militares lotados em funções administrativas

### Metade dos bombeiros do DF está fora das ruas, diz TCDF

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) avaliou a estrutura do Corpo de Bombeiros Militar do DF e, segundo auditoria, 50,7% dos militares da corporação estão em funções administrativas, longe das ruas, onde ocorrem os atendimentos de emergência.

O dado contraria o Decreto nº 24.533/2004, que determina que ao menos 80% do efetivo deve estar dedicado às atividades-fim, como combate a incêndios, salvamentos, resgates e ações de defesa civil.

A auditoria mostra que, ao longo da última década, a presença de bombeiros na linha de frente caiu de 69% para os atuais 56%. A redução contínua pressiona as equipes operacionais, que enfrentam maior demanda com menos pessoal disponível. O TCDF recomendou que o comando da corporação adote medidas para readequar a lotação dos militares.

O tribunal também determinou que, caso o CBMDF não consiga cumprir o percentual mínimo exigido, deve comprovar formalmente às instâncias competentes as limitações estruturais que impedem o atendimento da regra. A recomendação busca evitar que o descumprimento se torne permanente e comprometa a capacidade de resposta da corporação em situações de emergência.

Ascom/ Brasília Ambiental

A fêmea de veado-catingueiro (*Mazama gouazoubira*)

### Veado-catingueiro volta ao Cerrado

Uma fêmea de veado-catingueiro resgatada em Planaltina após atropelamento voltou à natureza na última sexta-feira (24), após pouco mais de um mês de tratamento no Hospital de Fauna Silvestre do DF, em Taguatinga. O animal havia sido encaminhado ao Hfaus pelo Batalhão de Polícia Militar Ambiental em 17 de março, apresentando prostração, sangramento nasal e escoriações. Exames clínicos e radiográficos descartaram fraturas e outras lesões graves, permitindo o início do tratamento.

Durante a internação, a equipe monitorou parâmetros orgânicos e descartou a ocorrência de miopia de captura, condição associada ao estresse elevado em animais silvestres. Segundo o Brasília Ambiental, a evolução clínica incluiu ganho de peso e recuperação completa.

A soltura ocorreu na Estação Ecológica de Águas Emendadas, área próxima ao local do resgate e considerada adequada por oferecer abrigo, alimentação e segurança. O órgão destacou que o procedimento envolveu planejamento para reduzir o estresse do animal.

POR WILLIAM FRANÇA

### Carga desigual no CBM é de 24 horas

A análise do Tribunal de Contas do DF também identificou um desequilíbrio na carga horária dos bombeiros. Normativos internos da corporação estabelecem que militares em atividade-fim cumprem, em média, 168 horas mensais, enquanto os lotados em funções administrativas trabalham cerca de 144 horas por mês.

A diferença de 24 horas mensais recai justamente sobre quem atua no combate a incêndios, salvamentos e outras ocorrências de alto risco.

A representação que motivou a auditoria apontou que essa disparidade contribui para o desgaste físico e psicológico das equipes operacionais, que acumulam jornadas mais longas e maior exposição a situações críticas.

Embora o TCDF não tenha identificado irregularidade formal na definição das jornadas, o órgão reconheceu que o modelo atual amplia a pressão sobre os profissionais da linha de frente.

O tribunal recomendou que o CBMDF avalie formas de equilibrar a distribuição, especialmente diante da redução do efetivo operacional.

### Em um ano, Game Hub amplia setor

O Brasília Game Hub completou um ano de funcionamento consolidado como um dos principais polos de desenvolvimento de jogos eletrônicos da América Latina. Nesse período, o projeto atraiu R\$ 35 milhões em potenciais investimentos e incubou 14 estúdios na capital federal. A iniciativa também realizou uma maratona de desenvolvimento que reuniu mais de quatro mil participantes e recebeu reconhecimento da International Game Developers Association. Além disso, foram promovidas mais de 250 rodadas de negócios, que resultaram em R\$ 7,5 milhões em conexões entre desenvolvedores e investidores. A estrutura do hub opera em quatro frentes integradas: criação de jogos, incubação presencial de empresas, capacitação para o mercado global e ações de acesso comercial, como demodays e premiações. Para 2026, as metas foram ampliadas, com previsão de acompanhar 2.500 profissionais, incubar 20 estúdios e realizar uma semana de conexões com investidores internacionais.



BRB enfrenta rombo após realizar operações com o Master

## Fachin derruba decisão da Justiça do DF

### Medida autoriza GDF a vender imóveis para salvar o BRB

Por Isabel Dourado

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, suspendeu na sexta-feira (24) a decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) que proibia o GDF a adotar providências voltadas ao fortalecimento do caixa do Banco de Brasília (BRB), incluindo a transferência e a alienação de bens públicos para capitalização da instituição. A medida será submetida ao referendo do plenário do STF, em sessão virtual que deve acontecer de 8 a 15 de maio. A decisão atende a um pedido do governo do DF.

De acordo com o ministro, a decisão impedia a implementação de política pública para enfrentar a situação econômica e financeira sensível do BRB. “O BRB desempenha papel central no sistema financeiro do DF, sendo responsável pela operacionalização de programas sociais relevantes, pelo pagamento de servidores públicos, pela gestão de volumes expressivos de depósitos – inclusive judiciais – e pela concessão de crédito em escala significativa à economia local”, escreveu Fachin.

A decisão pela proibição, tinha sido assinada na quinta (23) pelo desembargador Rômulo de Araújo Mendes. A decisão atendia a um pedido do Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT). Na ação, o MP questiona dispositivos da lei que permitem a integralização de capital do BRB por meio de bens móveis e imóveis públicos, bem como a alienação desses bens, inclu-

sive aqueles pertencentes a entidades da administração indireta. Ao analisar o caso, o relator entendeu que estavam presentes os requisitos legais para a concessão da medida cautelar. “Há um risco concreto e imediato de que a lei venha a atingir bens e interesses protegidos pela Lei Orgânica do Distrito Federal”, escreveu o desembargador.

Para o Ministério Público, a suspensão liminar da lei é importante tendo em vista especialmente o risco de dano irreparável. Segundo a decisão “a permanência da lei em vigor poderia permitir a alienação imediata de bens públicos de elevado valor econômico e relevância ambiental, com impactos potencialmente irreversíveis ao patrimônio público e ao equilíbrio fiscal do Distrito Federal.”

### Impacto Ambiental

Na Ação direta, o MPDFT argumentou que a aprovação da lei nº 7.845/2026 não seguiu o devido processo durante a tramitação legislativa, o que comprometeu a transparência e o controle por parte da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

O Ministério Público ressaltou também que a lei permite a desafetação e a alienação de imóveis públicos sem a observância dos requisitos legais, como a comprovação do interesse público, a realização de avaliação prévia dos bens e a promoção de audiência pública com a população interessada — exigências previstas na LODF.